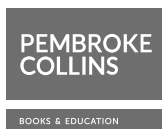


ORGANIZADOR:
FELIPE ASENSI

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: VISÕES E PERSPECTIVAS

VOL. 1



PEMBROKE COLLINS

Rio de Janeiro, 2021

Copyright © 2021 Felipe Asensi (org.)

DIREÇÃO EDITORIAL Felipe Asensi

EDIÇÃO E EDITORAÇÃO Felipe Asensi

REVISÃO Coordenação Editorial Pembroke Collins

PROJETO GRÁFICO E CAPA Diniz Gomes

DIAGRAMAÇÃO Diniz Gomes

DIREITOS RESERVADOS A

PEMBROKE COLLINS

Rua Pedro Primeiro, 07/606

20060-050 / Rio de Janeiro, RJ

info@pembrokecollins.com

www.pembrokecollins.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito da Editora.

FINANCIAMENTO

Este livro foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, pelo Conselho Internacional de Altos Estudos em Direito (CAED-Jus), pelo Conselho Internacional de Altos Estudos em Educação (CAEduca) e pela Pembroke Collins.

Todas as obras são submetidas ao processo de peer view em formato double blind pela Editora e, no caso de Coletânea, também pelos Organizadores.

P964

Produção de conhecimento: visões e perspectivas / Felipe Asensi (organizador). – Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2021.

v. 1; 586 p.

ISBN 978-65-87489-86-5

1. Conhecimento. 2. Multidisciplinaridade. 3. Pesquisa acadêmica.
I. Asensi, Felipe (org.).

CDD 370.7

Bibliotecária: Aneli Beloni CRB7 075/19.

GOVERNANÇA PÚBLICA E MÍDIAS SOCIAIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

*Marcelo Rodrigues da Silva*³²

1. INTRODUÇÃO

A cada dia que passa a população mundial tem maior acesso à Internet e, por consequência, as mídias sociais são usadas por mais pessoas em todo o mundo, alcançando, em 2019, mais de 3,4 bilhões de pessoas (HOOTSUITE, 2019). Diante disso, no campo de estudos da administração pública, emerge a questão de como os governos ao redor do globo utilizam essas importantes ferramentas para promoção da governança pública.

A governança pública trata de os governos assegurarem a participação dos cidadãos na formulação e implementação de políticas públicas, de forma a torná-las mais eficientes, na medida em que estas políticas alcançam maior sustentabilidade e legitimidade (NOVELLI, 2006).

No atual contexto, em que a relação Estado e Sociedade deve ser aprofundada; o conceito de governança pública ganha força e considerando que a governança exige uma efetiva comunicação pública (SILVA; VICENTIN, 2018), entende-se que o uso de mídias sociais pode contribuir para a promoção da governança pública.

32 Mestre em Planejamento e Governança Pública na Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Administrador no Instituto Federal do Paraná.

O presente estudo, por meio de uma revisão sistemática da literatura, tem como objetivo identificar os artigos científicos publicados em bases internacionais que tratam do uso de mídias sociais para promoção da governança pública.

O artigo está estruturado em quatro capítulos, além desta introdução: (i) o primeiro capítulo trata do conceito de governança pública e a possibilidade de uso de mídias sociais para a comunicação da governança pública; (ii) o segundo capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na revisão sistemática da literatura; (iii) o terceiro capítulo traz os resultados obtidos pela aplicação do método; e (iv) o quarto capítulo consiste nas considerações finais do artigo.

2. GOVERNANÇA PÚBLICA E MÍDIAS SOCIAIS

A governança pública se desenvolveu a partir da governança corporativa, tendo por base inicial a tentativa por parte de entidades nacionais e internacionais de adaptação dos princípios de governança corporativa à esfera pública (SLOMSKI *et al.*, 2008). Autores como Gruening (2001) e Barzelay (2000) citam a Teoria da Agência e a Teoria da Escolha Pública como teorias fundamentais para a governança na gestão pública.

Governança pública pode ser conceituada como a capacidade do Estado de implementar as políticas necessárias para o alcance dos objetivos comuns, baseado em ações que garantam a maior atuação do cidadão e responsabilização dos agentes públicos, tendo como pressuposto o aperfeiçoamento dos meios de interlocução com a sociedade (OLIVEIRA; PISA, 2015).

A governança pública também pode ser visualizada como um modelo de gestão pública e nesse sentido se difere do modelo burocrático e da *New Public Management* em uma série de características, conforme aponta o Quadro 1:

Característica / modelo	Burocrático	<i>New Public Management</i>	Governança
Orientação	Legalista (normas e regras)	Serviços	Cidadania ativa e participação
Objetivo	Gestão orientada para o cumprimento das regras e leis	Gestão orientada para a competitividade	Gestão orientada para a qualidade de vida da sociedade
Perspectiva	Muito associada ao tradicional governo	Associada à eficácia e desempenho do setor público (com incorporação dos privados)	Associada às expectativas da sociedade civil
Regulação	Com fortes hierarquias	Com ênfase no papel dos mercados	Através de redes
Lógica	Jurídica	Econômica	Sociedade (Política)
Tipificação	Administração legalista	Administração de serviços	Administração estratégica

Quadro 1 – Modelos de gestão pública e suas características

Fonte: CHAMUSCA, 2013, p. 41.

Pode-se observar a governança pública em diferentes perspectivas de implementação. O Tribunal de Contas da União (2014) identificou quatro perspectivas, interdependentes e complementares: (i) “Sociedade e Estado” – vertente política da governança pública; (ii) “Entes federativos, esferas de poder e políticas públicas” – vertente político-administrativa da governança pública; (iii) “Órgãos e Entidades” – vertente corporativa da governança pública; e (iv) “atividades intraorganizacionais” – viés interno da organização.

A garantia de sustentação da governança na sociedade ocorre quando ela está alicerçada em um conjunto de princípios. Silva e Vicentin (2018) identificaram e conceituaram nove princípios e mecanismos que definem uma boa governança: transparência, prestação de contas; integração; equidade, responsabilidade, cumprimento das leis, ética, legitimidade e eficiência.

Matias-Pereira (2010) afirma que a governança se relaciona com o pluralismo, uma vez que distintos atores têm o direito de influenciar a definição das políticas públicas e neste sentido destaca que compete ao Estado reforçar mecanismos participativos com o objetivo de atender às demandas públicas.

Dessa forma, as novas tecnologias da informação e comunicação se revestem como ferramentas valiosas para a viabilização da participação mais ativa do cidadão e interação entre governo e demais atores da governança (NOVELLI, 2006).

Dentre as diversas tecnologias, a Internet se destaca como um espaço virtual onde novas formas de interação social são possíveis (AKUTSU, 2009), em especial nas mídias sociais.

Boyd e Ellison (2007 *apud* NASCIMENTO, 2012, p. 297) definem mídias sociais como:

[...] serviços baseados na web que permitem aos indivíduos três possibilidades: (1) construir um perfil público ou semipúblico dentro de um sistema limitado; (2) articular-se com uma lista de outros usuários com os quais se compartilhará uma conexão; e (3) visualizar a sua lista de conexões e aquelas feitas por outras pessoas dentro do sistema.

As instituições públicas têm procurado fazer uso de novos canais de participação e interatividade no ambiente digital, haja vista, segundo Nascimento (2012), o considerável número de perfis em mídias sociais dos órgãos do governo federal.

Um último fator a ser destacado na comunicação da governança pública nas mídias sociais é a questão da mobilidade. Conforme dados de 2019 do *Global Digital Report*, são mais de 5,1 bilhões de pessoas no mundo que possuem celulares e 3,2 bilhões utilizam as mídias sociais por meio da mobilidade que os celulares proporcionam (HOOTSUITE, 2019) já que as mídias sociais se adaptam perfeitamente ao acesso via celulares.

Dessa forma, as mídias sociais podem ser utilizados pelos governos de todo o mundo como ferramentas para promoção da governança pública.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A técnica da revisão sistemática da literatura tem sido cada vez mais utilizada para obtenção de maior rigor e robustez. Para tanto, segue-se as etapas em um protocolo definido (GOMES, OSBORNE, GUARNIERI, 2020). Para apoio à aplicação da técnica, utilizou-se a ferramenta StArt – *State of the Art through Systematic Review* e adotou-se o protocolo proposto na própria ferramenta, conforme quadro 2:

Descrição: Esta revisão sistemática busca identificar o estado da arte da produção em sobre mídias sociais e governança pública.
Objetivo: Identificar o estado da arte da produção em sobre mídias sociais e governança pública. Identificar os métodos, técnicas e modelos existentes de análise da produção sobre mídias sociais e governança pública.
Questão principal: Quais são os métodos, as técnicas e os modelos existentes utilizados nos estudos sobre mídias sociais e governança pública?
Palavras-chave e sinônimos: Social Media e Public governance.
Crítérios de definição de seleção de fontes: Disponibilidade de consulta de artigos por meio eletrônico, presença de mecanismos de busca por meio de palavras chave. Lopes e Farias (2020), em revisão sobre inovação colaborativa e governança no setor público destacam a reconhecida cobertura das bases Scopus e Web of Science.
Métodos de pesquisa nas fontes: Confeção de string e submissão às máquinas de busca. String: “social media” AND “public governance”.
Lista de fontes: SCOPUS Elsevier; Web of Science;
Crítérios de seleção de estudos: (a) (I) após leitura do título e resumo, serão incluídos artigos que tratem sobre uso de mídias sociais para a governança pública; (b) (E) serão excluídos trabalhos não revisados pelos pares (conferências, livros, capítulos de livros, proceeding papers) (c) (E) serão excluídos artigos não disponíveis integralmente em bases de dados ou que o pesquisador não conseguiu acesso. (d) (E) após leitura do título e resumo, serão excluídos artigos que não tratem sobre uso de mídias sociais para a governança pública;
Formulários para extração de dados: - País de origem - Objetivo do trabalho – resumo de um parágrafo - Ferramentas analisadas; - Métodos e técnicas empregadas; - Propõe modelo? (S/N) - Trabalhos futuros.

Quadro 2 – Protocolo da revisão sistemática da literatura

Fonte: Autoria própria.

A condução da revisão sistemática ocorreu em 06/07/2020 na base Scopus (Elsevier) e em 08/07/2020 na base Web of Science – WOS. Em ambas as bases se considerou período de publicação livre. Na Scopus, foram encontrados 14 documentos e na WOS 13 documentos.

A aplicação do critério de exclusão (b) – não revisado por pares e eliminação de documentos duplicados fez com que restassem 8 documentos. O critério de exclusão (c) – artigos não disponíveis integralmente não eliminou nenhum documento. Por fim, a aplicação dos critérios de inclusão (a) – artigos que tratem sobre uso de mídias sociais para a governança pública; e de exclusão (e) – artigos que não tratem sobre uso de mídias sociais para a governança pública fez com que restassem 6 documentos para inclusão desta revisão sistemática de literatura.

4. RESULTADOS

4.1. Distribuição dos artigos por ano de publicação

Os primeiros artigos encontrados datam de 2015, o que indica que se trata de uma temática nova, conforme mostra a figura 1. A linha de tendência sugere uma constância nas publicações desde então.

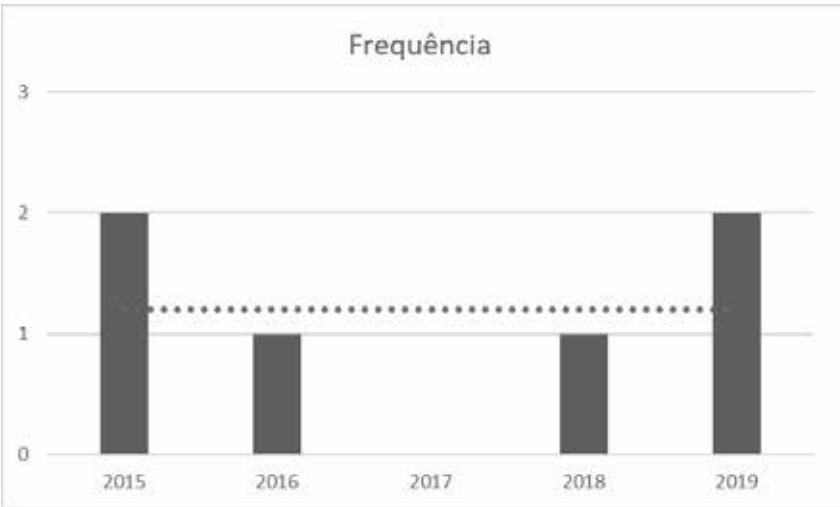


Figura 1: Distribuição das publicações por ano
Fonte: Autoria própria

4.2. Locus dos estudos

Dos seis artigos encontrados, um foi apenas teórico os demais realizaram pesquisas tendo como locus os seguintes países: Chile, Islândia, Lituânia, Holanda e Grécia. Assim, têm-se que 66,7% concentram-se na Europa, 16,7% na América do Sul e 16,7% não tem locus de pesquisa.

4.3. Objetivos dos estudos e mídias sociais analisadas

Embora tenham temática semelhante, cada um dos artigos apresenta objetivos diferentes quanto ao uso de mídias sociais para promoção da governança pública. A seguir é apresentado um resumo de cada um dos seis artigos.

Artigo 1:

Pardo (2015) publicou na *Revista de Estudios Políticos y Estratégicos* artigo em que discute a possibilidade de uso da internet e das mídias sociais para influenciar, pressionar e ou controlar a governança pública. Seu locus é o Chile e o foco de análise recai sobre os movimentos estudantis.

Em resumo, Pardo (2015) argumenta que na sociedade chilena se observou que, quando o Estado e os partidos políticos parecem não reagir de acordo com as mudanças na sociedade pós-ditadura, somado ao limitado número de mecanismos de participação cidadã na agenda política nacional, as novas Tecnologias da Informação e Comunicação, em especial a Internet, se mostrou uma possibilidade viável para participação social. O autor argumenta que desde o início do século XXI, tecnologia, internet e mídia social juntos se tornaram uma ferramenta de liberdade e recurso de contra-dominação para os jovens estudantes chilenos de ensino médio e universitário. Entre 2011 e 2012, esses alunos construíram seus movimento em torno de um discurso político coordenado e um social participativo e organizado ação, como um direito de reclamar por meio de protesto e / ou participação social.

Embora o autor não tenha feito análise de nenhuma mídia social específica, citou Messenger, Facebook, Twitter e Youtube como ferra-

mentas utilizadas. Como se trata de artigo teórico não foi empregado técnica para coleta de dados.

Artigo 2:

Greve (2015) publicou na *Public Organization Review* um artigo cujo objetivo foi discutir uma agenda de pesquisa para o setor público a partir de ideias que surgiram como dominantes em 2010. O autor considera que até então o paradigma da *New Public Management* foi dominante e que as abordagens da Governança da Era Digital, da Gestão de Valor Público e da Nova Governança Pública se colocam como alternativas à teoria dominante. Junto à essas categorias, o autor identifica subcategorias de ideias em cada abordagem: (i) Governança da Era Digital traz consigo as ideias de transparência, mídias sociais e centros de serviços compartilhados; (ii) Gestão de Valor Público traz as ideias de formulação de estratégia, governança de desempenho e inovação e gestão de recursos humanos estratégica; e (ii) Nova Governança Pública traz como ideias as redes e colaboração, parcerias público-privadas e novas formas de envolver cidadãos ativos.

Desta forma, Greve (2015) vê essas ideias como competindo pelo domínio na literatura sobre organizações públicas, pois são novos motores para reformas. Juntos, eles formam os blocos de construção de como as reformas da gestão pública podem ser construídas, embora se reconheça que existem divergências entre elas e que essas tensões devem ser abordadas se o movimento de reforma for coerente.

Assim como o artigo anterior, este artigo é teórico e não analisou nenhuma mídia social específica, porém citou Facebook, Twitter e LinkedIn.

Artigo 3:

Hafstad e Gunnlaugsdottir (2016) publicaram na revista *Icelandic Review of Politics and Administration* artigo cujo objetivo foi explorar como as informações no Facebook estavam sendo usadas pelas autoridades de vigilância na Islândia.

Para atingir o objetivo, os autores lançaram mão de entrevistas semiestruturadas com especialistas que trabalharam nas autoridades de fiscaliza-

ção na Islândia. As descobertas mostraram que as informações do Facebook foram utilizadas na vigilância e que as autoridades governamentais basearam as decisões formais nessas informações, bem como, esse tipo de informação também tem sido usado regularmente de maneira informal, para se conhecer melhor algum caso específico ou ainda para identificar indivíduos, reunir informações sobre seu paradeiro ou localização.

Artigo 4:

Mačiulienė (2018) publicou artigo na revista *Systems* em que busca, tendo como locus de estudo a Lituânia, identificar os elementos-chave da co-criação digital para espaços públicos e comunidades e propor uma tipologia de modelos de colaboração entre lugares, tecnologia e pessoas.

Em resumo, a autora argumenta que cada vez mais a comunicação digital, as mídias sociais e as redes de computação colocam os usuários finais no centro dos processos de inovação, transferindo assim a ênfase das tecnologias para as pessoas. Nesse sentido, no setor público essas mudanças foram conceituadas por intermédio dos paradigmas da Nova Governança Pública e Governo Aberto em que se entende que o valor público não é mais criado apenas pelos governos, mas em colaboração entre os entes públicos, setor privado, organizações da sociedade civil e cidadãos. O artigo enfoca no potencial crescente das comunidades urbanas em rede para resolver os problemas sociais, tomando a co-criação como campo de pesquisa.

Em relação ao método, foi criado uma tipologia própria de análise – modelos de colaboração entre lugares, tecnologia e pessoas – semelhante a um formulário de observação. Foram escolhidos como amostra 10 aplicativos digitais ligados ao design e melhoria de espaços públicos na Lituânia. Os resultados permitem discernir como diferentes fatores tecnológicos, organizacionais e outros fatores sociais influenciam e moldam os padrões de iniciativas co-criativas.

Artigo 5:

Graaf e Meijer (2018) publicaram na *Public Administration Review* um artigo em que buscaram entender sobre uso de mídia social e conflitos de

valor na Holanda. Para os autores, o uso das mídias sociais produz novos conflitos de valores na governança pública e a polícia é uma organização pública que se confronta diretamente com essas mudanças. Dessa forma, por não haver uma compreensão sistemática desses conflitos na prática policial diária ou das estratégias de enfrentamento utilizadas, o artigo apresentou uma compreensão exploratória dos conflitos de valor e estratégias de enfrentamento dentro da força policial, combinando a literatura sobre o uso de mídia social no setor público e a literatura sobre conflitos de valor e conduzindo um estudo de caso dentro da polícia holandesa.

Os autores se utilizaram de entrevistas semi-estruturadas. Não foram analisadas mídias sociais específicas, contudo, ao longo do trabalho, Facebook e Twitter foram citadas. As descobertas do artigo foram revelar uma ênfase crescente nos conflitos relacionados aos valores fortemente incorporados ao uso da mídia social – especificamente, conflitos entre eficiência e participação e entre transparência e legalidade e que a polícia holandesa costuma usar uma estratégia de enfrentamento conservadora para lidar com essas mudanças rápidas.

Artigo 6:

Sideri *et al.* (2019) publicaram um artigo tendo por lócus a Grécia na revista *Internet Search*. O objetivo do artigo foi examinar os pontos de vista das lideranças educacionais gregas sobre o uso potencial das mídias sociais para a tomada de decisão participativa.

Em resumo, os autores entendem que embora as mídias sociais sejam hoje em dia utilizadas no quadro da governança pública para garantir a maior participação dos cidadãos e, conseqüentemente, aprimorar o diálogo eletrônico e a democracia eletrônica, esta utilização ainda não ampliada no campo da educação. Assim, para atingir o objetivo do artigo e identificar se o modelo de participação eletrônica poderia ser implementado no campo da educação grega assim como o é outros domínios públicos, a pesquisa se utilizou de um questionário que foi respondido por lideranças das organizações educacionais. O tratamento dos dados foi quantitativo.

Nenhuma mídia social foi especificamente analisada, no entanto, no artigo foram citados Blogs, Facebook, Twitter, YouTube, LinkedIn,

Instagram e Skype. Como resultado, o artigo revelou a visão positiva dos líderes educacionais gregos sobre os efeitos potenciais do uso da mídia social nos processos de tomada de decisão participativa, bem como destacou os benefícios esperados e os problemas a serem enfrentados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a governança pública seja um conceito importante e atual para os governos em geral e em paralelo as populações cada dia mais se utilizem das mídias sociais, conforme foi demonstrado ao longo deste artigo, poucos são os artigos que tratam do uso das mídias sociais para promoção da governança pública.

Por meio de uma Revisão Sistemática de Literatura e após busca em duas importantes bases de dados – Scopus e Web of Science – se chegou a apenas seis artigos que abordam esta temática. Trata-se de um assunto relativamente recente, pois os primeiros artigos encontrados datam de 2015 e a linha de tendência sugere uma constância nas publicações desde então. Dos artigos analisados, 66,7% concentram-se na Europa, 16,7% na América do Sul e 16,7% não tem lócus de pesquisa.

Em relação à abordagem, dois artigos são puramente teóricos e quatro tem uma abordagem aplicada. Destes, dois se valeram de entrevistas semi-estruturadas, um de questionário e um artigo construiu uma tipologia própria de análise. Nenhuma mídia social específica foi analisada, mas foram citados Facebook, Twitter, Youtube e LinkedIn em mais de um artigo.

Os resultados obtidos a partir da realização da Revisão Sistemática de Literatura apresentada neste trabalho forneceram evidências importantes sobre o panorama do uso das mídias sociais na promoção da governança pública e abrem espaço para novas abordagens sobre a temática.

REFERÊNCIAS

AKUTSU, L. **Sociedade da Informação, accountability e democracia coletiva**. São Paulo: Baraúna, 2009.

- BARZELAY, M. The new public management: a bibliographical essay for Latin American (and other) scholars. **International public management journal**, v. 3, n. 2, p. 229-265, 2001. Disponível em: [doi.org/10.1016/S1096-7494\(00\)00038-6](https://doi.org/10.1016/S1096-7494(00)00038-6). Acesso em: 11 ago. 2020.
- CHAMUSCA, P. Novos desafios e objetivos de governação territorial: discutindo a reorganização do Estado e a conceptualização da governança como modelo de gestão dos territórios. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, Porto – Portugal, n. 4, p. 31-55, dez. 2013. Disponível em: doi.org/10.17127/got/2013.4.002. Acesso em: 11 ago. 2020.
- GOMES, R. C.; OSBORNE, S. P.; GUARNIERI, P. Influências dos stakeholders e desempenho do governo local: uma revisão sistemática da literatura. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 448-467, jun. 2020. Disponível em: doi.org/10.1590/0034-761220180256. Acesso em: 25 ago. 2020.
- GRAAF, G. de; MEIJER, A. Social Media and Value Conflicts: an explorative study of the dutch police. **Public Administration Review**, v. 79, n. 1, p. 82-92, jan.-fev. 2019. Disponível em: doi.org/10.1111/puar.12914. Acesso em: 27 ago. 2020.
- GREVE, C. Ideas in Public Management Reform for the 2010s. Digitalization, Value Creation and Involvement. **Public Organiz Rev**, v. 15, n. 1, p. 49-65, 2015. Disponível em: doi.org/10.1007/s11115-013-0253-8. Acesso em: 27 ago. 2020.
- GRUENING, G. Origin and theoretical basis of New Public Management. **International public management journal**, v. 4, n. 1, p. 1-25, 2001. Disponível em: [doi.org/10.1016/S1096-7494\(01\)00041-1](https://doi.org/10.1016/S1096-7494(01)00041-1). Acesso em: 11 ago. 2020.
- HAFSTAD, S. G.; GUNNLAUGSDOTTIR, J. The Utilization of Personal Data on Facebook by Surveillance Authorities. **Icelandic Review of Politics and Administration**, v. 12, n. 2, p. 343-

368, 2016. Disponível em: doi.org/10.13177/irpa.a.2016.12.2.8. Acesso em: 27 ago. 2020.

HOOTSUITE. **Global Digital Report**, 2019. Disponível em: <https://wearesocial.com/global-digital-report-2019>. Acesso em: 26 jul. 2020.

LOPES, A. V.; FARIAS, J. S. How can governance support collaborative innovation in the public sector? A systematic review of the literature. **International Review of Administrative Sciences**, February, 2020. Disponível em: doi.org/10.1177/0020852319893444. Acesso em: 23 jul. 2020.

MAČIULIENĖ, M. Mapping Digital Co-Creation for Urban Communities and Public Places. **Systems**, v. 6, n. 2, 14, 2018. Disponível em: doi.org/10.3390/systems6020014. Acesso em: 27 ago. 2020.

MATIAS-PEREIRA, J. **Governança no setor público**. São Paulo: Atlas, 2010.

NASCIMENTO, L. L. do. Comunicação pública nas redes sociais digitais. In: MATOS, Heloiza (Org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012. p. 289-310.

NOVELLI, A. L. C. R. O papel institucional da Comunicação Pública para o sucesso da governança. **Revista Organicom**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 74-89, 1 sem. 2006. Disponível em: <http://doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2006.138912>. Acesso em: 30 abr. 2019.

OLIVEIRA, A. G. de; PISA, B. J. IGovP: the public governance assessment index – a State planning instrument tool and social control by the citizen. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 5, p. 1263-1290, out. 2015. Disponível em: doi.org/10.1590/0034-7612136179. Acesso em: 11 ago. 2020.

PARDO, M. Á. Nuevas formas de participación ciudadana en Chile: Hacia una democracia del siglo XXI. **Revista de Estudios Políticos y Estratégicos.**, v. 3, n. 1, p. 14-41, 2015. Disponível em: <https://revistaep.utem.cl/?p=29>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SIDERI, M.; KITSIOU, A.; FILIPPOPOULOU, A.; KALLONIA-TIS, C.; GRITZALIS, S. E-Governance in educational settings. **Internet Research**, v. 29, n. 4, p. 818-845, 2019. Disponível em: doi.org/10.1108/intr-05-2017-0178. Acesso em: 27 ago. 2020.

SILVA, M. R. da; VICENTIN, I. C. Práticas de comunicação da governança pública em municípios brasileiros por intermédio de portais governamentais. **R. Technol. Soc.** v. 14, n. 30, p. 176-201, jan./abr. 2018. Disponível em: doi.org/10.3895/rts.v14n30.5808. Acesso em: 13 ago. 2020.

SLOMSKI, V.; MELLO, G. R. de; TAVARES FILHO, F.; MACÊDO, F. de Q. **Governança corporativa e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas 2008.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Governança pública:** referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/governanca/home/>. Acesso em: 11 ago. 2020.